



Roteiros

4/5. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

EDITORIAL

PENSAR PORTUGAL

ADRIANO MOREIRA

O nosso intuito tem sido o de habilitar os portugueses a discutirem juntos a definição e futuro novos de Portugal a que todos pertencem, antes de escolherem um partido que pensam que lhes dá força aos argumentos.

Preferimos desenvolver as capacidades, que os colóquios têm demonstrado, de pensar naquilo que faz com que entendamos que existe uma realidade não mítica chamada Portugal, com uma identidade que nos dá a qualidade de portugueses.

Este é um problema tão importante para os portugueses vivos, e para os que receberem a herança destes, que parece que os meios de comunicação, quando dominados por um efectivo governo, não querem fazer referência esclarecedora às realizações não governamentais, nem partidárias, do Instituto D. João de Castro. Vamos sofrendo, como acontece à generalidade dos países, o efeito de que a imagem que os príncipes que nos governam necessitam não pode ser trocada pela realidade discordante.

Desta cuidam os que acreditam e não podem recorrer senão à profunda convicção institucionalista de que os homens passam e as instituições permanecem, é certeza de que os factos acabam sempre por ter razão. É do lado dos factos, da realidade profunda da comunidade, do fenómeno gratificante de existir o portuguêsismo que se colocam as esperanças apaixonadas do Instituto D. João de Castro. Como fez o seu patrono.

O Papa e a moral biológica

António Marques Bessa

Não podem deixar de impressionar as reacções às visitas do Papa por parte das denominadas minorias sociológicas — e isto sobretudo nos países desenvolvidos. Há algum tempo, na Holanda, João Paulo II enfrentou grupos diversos que se se distribuíam por sectores habitualmente condenados pela moral tradicional — homossexuais de ambos os sexos, prostitutas, que viram nele um travão ou uma condenação viva às suas reivindicações de direito e de cidade.

O Papa foi incomodado pelas manifestações, mas nem por isso deixou de reafirmar a moral biológica da espécie humana ou de se coibir na condenação sem véus do aborto, da homossexualidade, do amor livre, tentando levar um código ético à vastíssima área actuada pelo instinto sexual.

Nos Estados Unidos, voltou-se a ver o mesmo espectáculo, menos notório mas igualmente inaceitável. As minorias gay, toleradas e defendidas pelas instituições políticas, o movimento lésbico, as mulheres do movimento de libertação, viram neste homem de paz uma ameaça ao seu comportamento em liberdade, porque ele falava em regras e mandamentos. Pedia, afinal, que as mulheres fossem mulheres e mães e que os homens assumissem a sua virilidade responsável e o seu papel de pais. O Papa voltava a chamar a atenção para a Biologia do Homem, para a herança que nos foi dada nos cromossomas e que pode e deve ser vivida na condição irredutível de homem ou de mulher.

Foi preciso esperar pela visita à Alemanha para verificar o eco das anteriores posições naqueles domínios. Homens e mulheres que se afastaram da sua condição, que viram a sua marginalidade protegida por lei e que, na branca figura de um homem vergado pelo peso das responsabilidades do mundo, não identificaram senão a grande ameaça da repressão, revelaram um comportamento digno das últimas fases de uma sociedade decadente, exausta,

O Papa e a moral biológica

sem capacidade para se renovar nas fontes essenciais dos valores de sempre.

O Papa, presentindo isso mesmo, no seu discurso do Monte Branco, tendo a seus pés a Europa, lançou um apelo angustiante aos europeus das antigas nações: para que fossem fiéis à História multissecular e continuassem a saga da civilização do euromundo. Na Alemanha vimos já a segunda resposta de uma certa Europa: a recusa nauseada e decadente que se mistura com o fogo dos templos sagrados para dar cor a um erotismo sem finalidade, porque se esgota no momento passageiro e final do gozo estritamente individual.

Não é segredo que João Paulo II, um humanista também, vê aqui uma grave perda para a dimensão do homem concreto, um abastardamento que é urgente sanar, porque ele arrasta na sua queda para baixo o que ainda dá a impressão de resistir com alternativas.

Testemunho supramaterial, o Papa nas sociedades da abundância tem conseguido realizar um papel inultrapassável. Com o seu poder de convicção, a sua sinceridade, o seu carisma de inegável líder, no coração das sociedades viradas para o gozo, mostra claramente a existência de outra alternativa — uma outra que pode dar a paz e a alegria, que o simples progresso material prometeu e foi incapaz de o oferecer.

E, paradoxalmente, ao chamar os homens para outro tipo de vida — vida alta — ele encontra as maiores dificuldades e impedimentos justamente nas sociedades que se consideram mais avançadas, mais livres, mais democráticas,

mais tolerantes enfim, no ponto máximo da evolução histórica.

Estas sociedades perderam a noção da *normalidade biológica da espécie* e o Papa, neste seu diálogo com o mundo moderno e desenvolvido do Ocidente, corre o risco de, não raras vezes, ser incompreendido e odiado como um acusador das anormalidades.

De facto, todas as disciplinas sociais, a começar na Etnologia e a acabar na Sociologia, mostram que o sexo sem quadros de referência, compreendido na sua dimensão de puro gozo individual libertário, nem sequer se pode comparar ao instinto natural. É que este, nas esferas animais, está enquadrado por complexos ritos e comportamentos de acasalamento que disciplinam e orientam a expressão dessa força. O libertarismo e a *anomalia* pensada e praticada nas sociedades humanas corresponde a um estágio pré-animal e é um sinal histórico de decadência e queda cultural, que se instala justamente no ponto fulcral dos marginalismos comportamentais notoriamente contrários à normalidade. Este polaco incómodo, ao proclamar que há uma normalidade, ao apontar para os quadros biológicos da espécie como grande norma de distinção, transmite uma mensagem desafiadora à cultura dominante do Ocidente, já prenhe dos factores de decadência que soube ver, a seu tempo, o pensador germânico Oswald Spengler.

Este líder da cristandade pensa que ainda se pode inverter o processo e pede que salvemos o que se pode salvar. No entanto, a resposta a este apelo de fim de tempo tem sido pobre e desvitalizada, o que não deixa de ser já um grande sinal. Walesa, ao visitar neste fim de ano Paris, só pôde declarar a sua surpresa perante a ausência de valores no Ocidente. Um testemunho de mais um incómodo polaco. □



HOTEL ROMA

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

HOTEL SANTA MARIA
Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ
Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral

N.º de Registo 112 874

● Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-geral do IDJC)

● Redacção

Sede do Instituto
R. da Madalena, 225 - 3.º Dto.
1100 LISBOA
Telef. 86 01 25

● Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

● Difusão

Pedidos à Redacção

Comp. e imp. na Minigráfica - Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 36 47 20 — 1200 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87

QUANTO MAIS ALÉM, MAIS ALÉM AINDA...

por JOSÉ ADELINO MALTEZ

Nestes últimos anos do século XX, Portugal e a Espanha decidiram encetar um processo comemorativo relativamente a um período áureo das respectivas histórias quando os povos e os Estados da mais ocidental Península da Europa se lançaram através do Oceano Atlântico, «dando novos mundos ao mundo». Primeiro, foram as «descobertas» de novas terras e de novas gentes, depois a expansão cultural e religiosa, bem como o aproveitamento económico; finalmente, a criação política de espaços pluri-continentais, pluri-culturais e pluri-raciais, com a existência de metrópoles e de províncias ou colónias, que, algumas vezes, se designaram como impérios.

Durante os séculos XIX e XX, as antigas províncias ou colónias foram sucessivamente declarando, ou recebendo, a «independência», primeiro no continente americano e, no decorrer deste século, nos continentes asiático e africano.

Comemorar os Descobrimentos passa, assim por repensarmos estes cinco séculos de história europeia e peninsular que transformaram a antiga concepção ptolomaica do universo, ainda mediterranicocêntrica, levando a Terra a assumir a dimensão de planeta unidimensional. Acontece que se esta unidimensionalização, em termos geográficos, remonta a Fernando Magalhães, o facto é que, em termos políticos, tem pouco mais de que um quarto de século.

No caso português, as alterações profundas ocorridas neste período, desde as campanhas de África à chamada descolonização, assumem uma dimensão especialmente apaixonada dado estarem relacionadas com um debate sobre a própria essência da nação portuguesa. Desde o «não há Portugal sem África», de António Enes, à integração na CEE como «prioridade das prioridades»; desde o mais exarcebado integracionismo luso-africano à defesa de um pan-europeísmo federalista, são os objectivos nacionais portugueses que passaram a constituir pontos de discórdia entre os próprios portugueses.

Nós, que fomos o primeiro e o último dos «impérios coloniais», tivemos a ilusão de que poderíamos ser o primeiro império de uma nova era, fazendo uma espécie de ponte entre o Primeiro e Terceiro Mundo. Durante mais de uma década sustentámos esse sonho de armas na mão sem vislumbrarmos que as guerras que vivíamos faziam parte de um complexo mais vasto que ultrapassava tanto os portugueses da Europa como os povos africanos sujeitos à nossa soberania e administração.

Hoje, ultrapassada a fase portuguesa dessas guerras, apesar de em Moçambique e em Angola a guerra continuar, e com a República Portuguesa transformada num dos doze Estados das Comunidades Europeias, lado a lado com o Estado espanhol, comemorar o quinto centenário do processo que levou à própria expansão portuguesa pode, de certa maneira, parecer contraditório.

Quando pela primeira vez na nossa história aparecemos misturados nos negócios continentais da Europa, vamos precisamente comemorar aqueles factos que nos permitiram atlantizar a nossa dimensão. De certa maneira vamos relembrar o momento da «saída» da Europa quando ainda estamos nas verduras de uma «integração» que, para muitos, serve de compensação para o «regresso».

Julgo que estas comemorações, porque não se trata de uma simples sequência de congressos científicos de história, constituem um óptimo pretexto para pensarmos o que «foi» e «pode ser» Portugal e, conseqüentemente, sobre o que «deve ser» a Europa.

Porque uma Europa que considere não terem valido a pena estes cinco séculos de europeização do mundo não é uma Europa em corpo inteiro. Porque um Portugal que se envergonhe da respectiva «alma atlântica» vale mais tirar a esfera armilar do respectivo escudo nacional e deixar de se identificar pelos «heróis do mar».

Comemormos os Descobrimentos tem que ser uma excelente ocasião para redescobriremos Portugal em Portugal e vislumbrarmos uma dimensão europeia que ultrapasse as questiúnculas continentalistas dos pós-guerras e dos tratados de paz que se lhe sucedem.

Descobrir Portugal talvez seja entendermos que continuamos a ser o mais velho Estado-Nação do continente e que não é pelo facto de ter havido descolonização e de existir uma espécie de governo supra-estatal em Bruxelas que os nossos sonhos do Quinto-Império deixaram de poder exprimir-se. Não temos, pois, que partir numa «jangada de pedra» à procura do tempo perdido, nem que fugir à realidade da sujeição quotidiana aos jornais oficiais das Comunidades Europeias.

Como diz o Professor Adriano Moreira, temos de saber distinguir a diferença que vai de uma Europa dos Urais ao Atlântico de outra Europa que se diz do Atlântico aos Urais. Temos que dar mais Atlântico à Europa: temos que ser mais Portugal em Portugal.

A viagem que durante cinco séculos encetámos pelos mares, além do mar, e, depois, como bandeirantes, através das selvas, tornou-nos cidadãos do mundo, vagabundos de um sonho universal. Descobrimos que em todo o mundo podemos semear terra portuguesa e que em todos os tempos podemos sonhar o Quinto-Império.

Basta tão só que não percamos o pragmatismo da Aventura e o realismo do Sonho. O que levou e ainda continua a levar os Homens aos Descobrimentos é essa ideia eterna de que é o Homem que faz a História e não a História que faz o Homem. E o Homem, dizia Pascal, supera infinitamente o Homem. Como Paul Claudel pôs na boca de Cristóvão Colombo, «quanto mais além, mais além ainda»... □

I — OS FACTOS

1. O contexto em que se realiza esta nossa meditação nesta terra ribeirinha, que sempre olhou para o Mar e em que o mar ora a acariciou ora por vezes «engoliu» os seus filhos — *O V Centenário das Descobertas*.

A crise que nos envolve em relação à definição da nossa identidade nacional enquanto povo autónomo com direito a uma independência nacional, mesmo integrado no grande espaço europeu dos 12 países membros duma Europa Livre.

2. *A celebração deste V Centenário.*

Habitado a esquemas devidamente ordenados para uma melhor compreensão dos factos, vou permitir-me desdobrar as Celebrações em 5 Momentos Históricos.

1.º Momento: até 1415.

A época dos Pré-Descobrimentos e primeiras viagens no Atlântico: os reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando que abrangeram o fim do século XIII e o século XIV até à crise de 1380/85, uns 100 anos, é período de gestação em que mercadores, gente do mar, e o povo humilde mas trabalhador tomam consciência do seu valor e viram-se situados ao lado da fidalguia e nas Cortes de Lisboa de 1371 manifestam com firmeza a sua atitude, defendendo os interesses da nação, duma Comunidade que não se reduz aos nobres e aos áulicos da corte.

A 1.ª grande crise de 1383-85 que pôs em perigo a vida da nação, será vencida pelo apoio popular que o Mestre de Avis encontrou no povo e na burguesia de Lisboa. No fundo, o espírito do povo, constitui sempre a grande reserva duma nação.

HOTEL

DIRECTOR

Vasco Filipe Perfeito

Regina

TELEFOS, 52303 - 52373 - 52393

TELEX: 17 118

2495 FATIMA (Portugal)

MEDITAÇÃO NUMA**OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES**

3 figuras se destacaram neste fim do século XIV:

O Mestre de Avis — D. João I,
Nuno Álvares Pereira,
D. Filipa de Lencastre.

Fernando Pessoa assim os retrata:

D. João I — Teu nome, eleito em sua fama
É na ara da sua alma interna
A que repele eterna chama
A sombra eterna.

Nuno Álvares Pereira — Esperança consumada
Esperança Portugal em ser
Ergue a luz da tua espada
Para a estrada se ver.

D. Filipa — Volve a nós o teu rosto sério
Princesa do Santo Graal
Humano Ventre do Império
Madrinha de Portugal.

Todo este período de gestação terminaria com a conquista de Ceuta, em 1415, com a saída para África.

2.º Momento: 1415-1487.

Estes 62 anos da nossa História são os mais fecundos no estudo e no progresso de arte de navegar.

Aparece o Grande Mecenas, o grande impulsionador desta empresa nacional, o Infante D. Henrique (1394-1760), ligando a Universidade de Lisboa de que foi chanceler de 1418-1460 sucedendo a João das Regras, e estabelecendo além das cadeiras do Quatrium a Astrologia à chamada «Escola de Sagres». Lagos, Lisboa, foram nessa época os grandes Centros dos cartógrafos e matemáticos, astrólogos e os técnicos para construção das nossas Caravelas e Naus.

Lagos e Lisboa foram os dois portos e as duas cidades de referência e de ligação entre Europa e as novas terras descobertas.

Estes 80 anos constituíram uma época de grandes avanços na arte da navegação «dum saber de experiência feito».

Lagos e Lisboa eram verdadeiros enxames de comerciantes, marinheiros, cartógrafos, matemáticos, astrólogos, à mistura com aventureiros e escravos trazidos de África — cidades de «muitas e variadas gentes».

As nossas naus foram dobrando a Costa africana: Gil Eanes em 1434 chega ao Bojador, em 1445 dobra-se Cabo Verde, Pedro de Santarém e Pêro Escobar vão até à Mina e São Tomé em 1471; Diogo Cão chega ao Congo, em 1482 e em 1485 ao Cabo de St.ª Catarina.

AS ACTIVIDADES DO INSTITUTO

COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DOS DESCOBRIMENTOS

□ COLÓQUIO DE VISEU

A Direcção do Instituto D. João de Castro dando cumprimento ao projecto de realizar em todas as Capitais de Distrito e outros Centros Urbanos, Colóquios comemorativos do V Centenário dos Descobrimentos, organizou em Viseu no passado dia 15 de Outubro um Colóquio em que participaram cerca de 125 pessoas, muitas delas ligadas ao ensino de História nas Escolas Secundárias do Distrito.

O Colóquio teve o apoio da Câmara Municipal de Viseu, da Misericórdia de Viseu, do Museu Grão Vasco e de outras instituições culturais.

As sessões de trabalho decorreram no salão da Misericórdia.

O Presidente da C. M. de Viseu, Eng. Manuel Augusto Engrácio Carrilho, presidiu à sessão de abertura, e o Governador Civil, Dr. João Pedro Antas de Carvalho encerrou o Colóquio após a leitura das conclusões.

Os meios de Comunicação Social da cidade deram relevo a este acontecimento cultural.

Participaram no Colóquio Embaixador Dr. Francisco Paulo Mendes da Luz (Uma Visão Geral dos Descobrimentos Portugueses); Dr. Alberto Correia, Director do Museu Grão Vasco (Reflexos dos Descobrimentos na pintura de 500 no Museu Grão Vasco); Dr. Fernando Robredo Seara, Docente do I.S.C.S.P. da Universidade Técnica de Lisboa (Do «Mare Clausum» ao «Mare Liberum». Suas consequências); Comandante Virgílio de Carvalho, Assessor do Instituto de Defesa Nacional e Prof. de Estratégia no I.S.C.S.P. da UTL (Os Descobrimentos e o nosso futuro como Comunidade de Cultura); Mons. Celso Tavares, Director da Secção de Humanidades da U.C.P. (Os Descobrimentos e a abertura de novos espaços à Igreja). A sessão de encerramento foi presidida pelo Dr. João Pedro Antas de Carvalho, Governador Civil do Distrito de Viseu.

Como habitualmente, o Padre Doutor Joaquim António de Aguir abriu os trabalhos e coordenou o debate.

Da intervenção dos conferentes tiram-se algumas ilações: A principal é que nos achamos num período dos mais graves da nossa História, o mais sério da nossa existência como Nação independente.

Como lembrou o Comandante Virgílio de Carvalho, invocando Oliveira Martins. «Nem Índias, nem Brasis». Nem África, e de momento, talvez nem integração na Europa, nos defendam dos perigos da abolição.

Como se explica que tenha sido Portugal o principal de entre as demais nações europeias a dar impulso decisivo para o conhecimento dos Oceanos? E a trazer ao convívio da Europa povos que até então se ignoravam

completamente? — A esta interrogação fundamental responde-se claramente.

Posição geográfica. Portugal é a um tempo mediterrânico e atlântico, pois fica no cruzamento das principais vias de comércio e navegação entre o Norte e o Mediterrâneo.

A esta vantagem soma-se a *Tradição Marítima* e o contacto com outros povos, designadamente na África do Norte — o que explica o interesse pela tomada de Ceuta em 1415. Porém tais tradições também a tinham outros povos e outras cidades. Assim, parece que teria que haver outros motivos, outros condicionalismos, sobretudo, teria que *haver uma força política*, uma coordenação a nível do Estado. E foi isso que aconteceu. E esse é o factor decisivo.

A lição maior dos Descobrimentos é a de que os países se agigantam ou definham, conforme cuidam, bem ou mal, do seu elemento humano. Há assim que aproveitar a oportunidade das Comemorações dos Descobrimentos para se recuperar o Ensino, nomeadamente nas vertentes da Ciência e da Tecnologia, da História e da Ética e da Moral, no respeito pela Cultura como elemento muito importante do Poder Nacional, isto é, da capacidade de Portugal poder ser dono dos seus destinos.

Não haverá por certo futuro de Portugal como comunidade de cultura se não continuar a comprometer-se como País marítimo, mais Euro-Atlântico, mais universalista, sem se limitar ao espaço europeu.

Para tanto, há que dar relevo à nossa cultura de séculos que se foi irradiando pelos vários espaços continentais e desenvolver todos os núcleos considerados monumentais, ou exemplares isolados do nosso património cultural, artístico ou científico a que se liga o nosso idioma hoje falado por cerca de 170 milhões de homens.

E por outro lado, não esquecer o aspecto religioso ou espiritual.

É com a jornada de África que se dá início à obra de evangelização em terras do Ultramar.

O espírito de cruzada, bem patente em toda a Expansão continua a presidir às descobertas. Os Romanos Pontífices são generosos na concessão de graças e privilégios tanto em relação aos monarcas portugueses como aos guerreiros, navegadores e missionários.

É sobretudo, na evangelização do Oriente e do Brasil que a acção dos missionários portugueses, ou ao serviço de Portugal, escrevem uma das páginas mais gloriosas da Igreja.

O esforço evangelizador dos portugueses no mundo foi, sem dúvida, e a todos os títulos, notável.

→ AS ACTIVIDADES DO INSTITUTO

Por último, há que aproveitar e dar a maior amplitude às comemorações dos Descobrimentos como forma de contribuir, a nível mundial, para a nossa individualização, como Nação livre de séculos, orgulhosa do seu passado e dos seus destinos.

□ COLOQUIO DE ÉVORA

Este Colóquio realizado em Évora foi o 2.º duma série que a Direcção do Instituto D. João de Castro pretende realizar nas capitais das Regiões Autónomas e dos Distritos e noutros Centros urbanos, com o objectivo de lembrar e honrar quantos contribuíram para a realização deste feito de carácter colectivo e nacional, desde os valorosos Capitães aos anónimos soldados e marinheiros e desde os Missionários aos nossos mercadores.

As Comemorações deste V Centenário devem conduzir-nos a valorizar uma herança, que muito pode contribuir para uma «redifinação da nossa identidade nacional» e criar um espaço de reflexão e de análise à situação em que a nação vive e como projectá-la no 3.º Milénio que se aproxima.

É com este espírito e é com estes objectivos que o Instituto D. João de Castro, em colaboração com outras instituições culturais da cidade de Évora, realizou este Colóquio, convidando personalidades bem conhecidas no meio cultural da cidade que apresentaram Comunicações, focando algumas facetas do tema, como ponto de referência para o diálogo.

Intervieram no Colóquio (12 de Novembro) o Prof. Doutor Jorge Moraes Barbosa, Presidente do Conselho Científico da Universidade de Évora (Descobrimentos e Língua Portuguesa); o Prof. Dr. Artur Nobre de Gusmão (Convergência de sensibilidades na Viagem de Bartolomeu Dias); o Dr. António Vasconcelos (Reflexos dos Descobrimentos particularmente no Museu de Évora); a Dra. D. Isabel Cid, Directora da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Évora (Espólio de Macau do Arquivo Distrital de Évora); Mons. Filipe Mendeiros (Acção da Universidade de Évora e outras instituições da Igreja na missionação do Brasil e Oriente), sendo os trabalhos encerrados pelo Dr. António Maria Pinheiro Torres (Secretário-Geral do Instituto DJC), que apresentou as conclusões daquela jornada, que se traduziu em mais um êxito cultural da nossa instituição. □



O INSTITUTO DOM JOÃO
DE CASTRO

DESEJA

A TODOS OS SIMPATIZANTES,

SÓCIOS E COLABORADORES

UM SANTO NATAL

E FELIZ ANO NOVO

INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

Cadernos Políticos — 2



CUMPRIR PORTUGAL

Textos do Colóquio da autoria de: Adriano Moreira, António Marques Bessa, Joaquim António de Aguiar, Almerindo Lessa, António Quadros, Luís Forjaz Trigueiros, Agostinho da Silva, Jesué Pinharanda Gomes, João Bigotte Chorão, Lima de Freitas, Henrique Barrilero Ruas

NOITE DE CRISE

RESES A EPOPEIA DUM POVO

Pe. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR

3.º Momento: 1478-88

Bartolomeu Dias dobra o cabo das Tormentas com 3 caravelas, baptizado por D. João II como Cabo da «Boa Esperança».

Este é o Momento que este ano celebramos.

De 1488 a 1495, ano em que morre D. João II, há uma pausa, devido ao conflito da demarcação de zonas de influência após a chegada de Colombo em 4 de Março de 1493 a Lisboa após a descoberta da América. Tratado de Tordesilhas, 7 de Junho de 1494, em que se desvia a linha do meridiano para 370 léguas a oeste da Ilha de Santiago de Cabo Verde e que nos vai permitir a ocupação do Brasil.

D. João II retira-se de Évora para Alcáçovas.

Onde faz o testamento a favor de D. Manuel e de ali para Alvor onde morre em Outubro.

D. João II passa à história de Portugal como um dos nossos maiores Reis, por ter assegurado, por uma política, ultramarina, os espaços da nossa expansão, praticando a doutrina do «*mare clausum*».

Figura a lembrar, com Bartolomeu Dias, no fim do século XV.

O político e o nauta.

4.º Momento: 1495-1498.

Apareceu em cena D. Manuel e Vasco da Gama.

D. Manuel nomeia Vasco da Gama para comandar a armada composta por duas naus «S. Gabriel» e «S. Rafael» e a caravela «Bérrio» que partem do Tejo no dia 8 de Julho de 1497, chegando a Calicut onde entregou a carta de D. Manuel ao Samorim; sobe para Angediva donde parte no dia 5 de Outubro de 1498 para Lisboa, onde chega em fins de Agosto de 1499, onde é recebido pelo povo e pelo Rei.

Das 2 caraveias, a «S. Rafael» teve de ser queimada na Terceira, onde também morreria Paulo da Gama, sendo enterrado no Convento de S. Francisco.

Esta data será celebrada de certeza no fim do milénio.

5.º Momento: 1500-1501 (Pedro Álvares Cabral).

D. Manuel nomeou Pedro Álvares Cabral Capitão-mor duma forte armada composta por 13 naus para se dirigir à Índia.

No dia 8 de Março de 1500 a tripulação reúne-se na Capela do Restelo, mandada edificar pelo Infante D. Henrique, onde chegou D. Manuel com a corte e muita gente, assistiram a uma Missa solene e acompanham a tripulação até ao cais, onde embarcam e no dia 9 parte, via

Canárias, pela rota de Cabo Verde, onde se perde uma nau em 23 de Março e rumando sudoeste, no dia 19 de Abril, Domingo de Páscoa, a terra estava perto, mas somente no dia 22 brada o vigia — Terra à vista! — «Era o Brasil».

Cabral despachara para Lisboa uma das suas naus que traz notícias e a certidão de nascimento: a «Carta» de Pêro Vaz de Caminha, que traz as notícias das novas terras baptizadas no dia 26, Domingo de Pascoela, com a celebração de 1.ª Missa por Frei Henrique, com o nome de Vera-Cruz e que D. Manuel diria Santa Cruz.

A cruz que presidiu essa 1.ª missa guarda-se no Museu da Catedral de Braga.

Este Momento será também celebrado em princípio do 3.º Milénio.

II — BREVE MEDITAÇÃO

I. — Voltemos agora ao 3.º Momento, aquele ano de 1497-88, em que Bartolomeu Dias com 3 Caravelas, dobra o Cabo das Tormentas e chega a Angra de S. Brás e abre assim o caminho da Índia, tão procurado e tão dificilmente atingido.

Este facto deve ser celebrado não apenas por Portugal, mas por todos os povos europeus, com mais entusiasmo e imaginação do que foi celebrado pelos gregos a passagem do Mediterrâneo para o Atlântico, pois a imaginação grega além das doze grandes empresas, realizadas pelo seu semi-

→ pag. 8



AGP
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 553858 - 560382 — Telex 42754 Acptur P

FILIAL:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 691342 - 691359 — Telex 64888 Acpemo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378



O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente

— MEDITAÇÃO NUMA NOITE DE CRISE

-deus Hércules, ainda lhe atribuiu a separação dos montes Calpe e Ábila possibilitando assim a ligação da Grécia com os povos ribeirinhos do Atlântico ou seja com o sul da Península de Portugal.

1.1. A nossa reflexão pode incidir primeiramente sobre as consequências que esse facto teve: ora a nível europeu, ora a nível nacional.

O Prof. Almerindo Lessa meu bom amigo, numa Comunicação, a primeira das cinco apresentadas na Academia Internacional da Cultura Portuguesa, enumera algumas consequências:

a) A descoberta dum mundo, não europeu, do qual pouco ou nada se sabia e onde putulava a imaginação. Este facto trouxe consequências de carácter cultural, científico e económico.

b) À descoberta seguiu-se a europeização dos trópicos com consequências de carácter religioso e étnico, abrindo-se um espaço à Igreja Católica que o foi ocupando sem qualquer oposição, convertendo-se de facto em católica.

c) No contacto com novas etnias surge naturalmente o mestiço luso-tropical.

Este fenómeno veio a reforçar a tese universalista do português com uma capacidade de relacionamento em todas as áreas da Vida Humana.

1.2. a) Os Descobrimientos vieram confirmar a tese da unidade da espécie humana e a reforçar teses de igualdade dos direitos do homem e a sua vocação para uma felicidade temporal e eterna.

É curioso que os Descobridores portugueses nunca puseram em causa a «humanidade» dos aborígenes da África ou do Brasil.

A primeira Missa celebrada por Fr. Henrique em terra brasileira no Domingo de Pascoela, teve a assistência dos ameríndios e que Pêro Vaz de Caminha com tanto pormenor e com tanto respeito descreve.

b) A Europa teve um cais de embarque e desembarque que a aproximou às novas terras descobertas. O Terreiro do Paço do palácio de D. Manuel e posteriormente a Praça do Comércio do Marquês de Pombal, deveria chamar-se a *Praça de Europa* pois aí mais do que mercadorias e as drogas da Índia, chegam as notícias dos povos mais afastados e que deram à Europa a consciência do «mundo».

1.3. b) Estas e outras reflexões podem-nos levar a analisar a especificidade da nossa nação que surge como consequência dum conjunto de circunstâncias geográficas, étnicas, culturais e também porque não, de ordem religiosa ou espiritual que intervêm na formação da nação, quer dizer, da consciência nacional, que levou séculos a formar-se e que neste momento é conveniente não esquecer.

1.4: c) Convém ainda destacar uma outra característica do «ser português», que não se confunde com uma etnia, mas que criou várias subetnias conforme o espaço geográfico que veio ocupar. É de lembrar o mestiço africano, brasileiro, goês, malaio, macaense, Cabo Verdeano, São-tomense, etc..

2 — A lição de Bartolomeu Dias.

Voltemos ao Heroi do V Centenário deste ano de 1988 — Bartolomeu Dias.

A História é parca em relação a dados da data e lugar do nascimento, de sua família e outros que gostaríamos de saber.

Sabe-se que foi escudeiro da casa real.

D. João II encomenda-lhe o Comando da armada composta por 3 caravelas com a missão de dobrar a ponta sul de África, o que conseguiu desembarcando na Angra de S. Brás.

Por este feito, não consta que tivesse recebido qualquer galardão.

Em 1494 e 1497 aparece como Recebedor do Armazém, entreposto comercial, da Guiné.

Quando em 1498 se preparava a Armada para atingir a Índia, é escolhido Vasco da Gama e Bartolomeu Dias vai na Caravela do Gama até Cabo Verde, seguindo depois para a Mina, enquanto o Gama segue rumo Índia.

Em 1499 quando D. Manuel prepara a grande Armada de 15 unidades, dando o Comando como capitão-mor a Pedro Álvares Cabral, Bartolomeu Dias aparece a comandar uma Caravela, que após a descoberta do Brasil, se dirigira com as outras rumo ao Cabo de Boa Esperança e encontrará a morte com os companheiros de outras 3 caravelas ao sul do Cabo da Boa Esperança. Ironia da sorte, ou «Vingança do terrível Adamastor» que desta vez se vingou daquele que em 1488 o teria vencido.

Bartolomeu Dias não tem sepulcro na terra portuguesa, e talvez afirmaria, que a nossa terra o não mereceu e por isso o Mar o sepultou com as honras de «Grande Tempestade» como convinha a «Grande Marinheiro».

A lição de Bartolomeu Dias foi uma lição, como a de outros muitos portugueses de então, que deram uma lição de consagração a uma causa e que o seu serviço somente posteriormente será reconhecido pelos seus compatriotas.

D. João II e D. Manuel parece que não foram sensíveis ao serviço prestado por Bartolomeu Dias, pelo seu irmão Diogo, que foi no entanto mais feliz, pois chegou a conhecer a Índia indo como escrivão na Caravela do Gama. Aqui fica esta nossa homenagem ao Português Bartolomeu Dias.

MEDITAÇÃO NUMA NOITE DE CRISE

III — E NÓS OS PORTUGUESES DE HOJE?

1. Não vou entrar em discussão como celebrar este V Centenário.

Um grupo de jovens afirmou «que foi mais fácil aos portugueses de fins do século XV descobrir o mundo, do que os portugueses de hoje celebrar este V Centenário».

Há momentos na História dos Povos em que vale a pena parar um pouco e reflectir, para depois arrancar e fazer.

Julgo que neste momento que vivemos, neste fim de milénio, vale a pena parar e servir-nos da comparação dos velhos milénios, para contarmos os séculos que a nação já viveu e à luz de certos astros de primeira magnitude lermos o presente, para prepararmos o futuro.

Nós os portugueses temos duas Mensagens, que deveriam ser lidas e medidas nos nossos tempos pois foram escritas por dois poetas ou videntes, que não morreram, pois a sua mensagem é viva e actual.

1.1. Os Lusíadas a «Bíblia dos Portugueses», é publicada em 1572. Camões morre em 1579 passado um ano do desastre de Alcácer Quibir onde a Nação se afundou.

Luís de Camões nas estrofes 6 a 18 da 1.ª Canto, dedica a D. Sebastião, o poema e exalta a qualidade do português.

«Vereis amor da pátria, não movido
De prémio vil, mas alto e quase eterno,
ouvi: vereis o nome engradecido
Daqueles de quem sois senhor supremo,
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo rei, se de tal gente».

Num momento difícil que se vivia nessa altura em Portugal em que a corte é dominada pela fidalguia e servidores espanhóis, o poeta chama a atenção para o povo que se mantém português.

No Canto X na parte final reafirma o mesmo pensamento:

«Olhai que sois (e Vedes as outras gentes)
Senhor só de vassallos excelentes».

E ainda:

«Da boca dos pequenos sei, contudo
que o louvor sai às vezes acabado».

O Prof. Adriano Moreira, em Junho de 1972, na Universidade do Amazonas afirma destemidamente que os Lusíadas não são apenas um Canto ao que os Portugueses fizeram no passado, mas um tremendo desafio em relação ao futuro da nação, enquanto Comunidade viva, virada para o futuro. Os Lusíadas serviram de leitura e meditação aos Portugueses que viveram entre 1580 a 1640, pois mais de 11 edições se sucederam nesses 60 anos.

Dr. Franco Nogueira em 10/6/80 na Sociedade Martins Sarmento em Guimarães, berço da nacionalidade, também meditaria em voz alta sobre «a actualidade de Camões e a Consciência Nacional» concluindo da necessidade da leitura meditada dessa Bíblia Portuguesa.

1.2. Celebramos este ano o 1.º Centenário do nascimento de Fernando Pessoa, 1888, e morreu em 1935.

Em 1934 era publicada a «Mensagem» pela Parceria de António M.ª Pereira.

A Mensagem tendo em conta a sua própria natureza e a simbologia que usa, não é de fácil compreensão; existe um certo exoterismo e «lei do arcano» que no dizer de Fernando Pessoa para ser entendida a mensagem, são necessárias 5 condições, sendo a última, pouco definível e que ele pretende explicar utilizando símbolos como o Conhecimento e Conversação do Anjo da Guarda.

A Mensagem através das suas 3 partes — *Brasão, Mar Português* e o *Encoberto* — pretende transmitir o que, no sentir do Poeta, é essencial a «ser português».

Na 1.ª Parte usa os símbolos ou sinais: Campos, Castelos, as Ruínas, a Coroa, o Timbre.

Na 2.ª Parte — *Mar Português*.

O mar como elemento principal constitutivo da nação.

Na 3.ª Parte — *O Encoberto*.

A figura de D. Sebastião é o eterno esperado. O Quinto Império que não se sabe quando virá.

O último aviso depois do Bandarra e António Vieira é o do próprio poeta.

A Mensagem termina com o Quinto Império cuja última estrofe reza:

«Aquele inteiro Portugal
que, universal perante a Cruz,
Do Deus Jesus».

1.3. Que fazer?

Não é fácil responder a esta pergunta, tendo em conta a complexidade dos problemas que nos invadem.

No entanto, vão aparecendo reflexões, propostas relativas a iniciativas que se julgam fundamentais para o futuro da nação no sector cultural e muito especialmente em relação à língua portuguesa como instrumento de entendimento e de trabalho para os 160 milhões que o falam.

Conviria também não esquecer nestas Comemorações os lugares históricos ligados aos Descobrimientos e que podem transmitir uma mensagem muito clara em relação ao futuro da nação. Peregrinar é uma das constantes da nossa nação, «Nação peregrina em terra alheia» como a definiu Adriano Moreira. Mas neste momento é necessário peregrinar na nossa própria Terra descobrindo a mensagem que os Monumentos transmitem, fazendo falar as pedras que guardam os segredos da História.

«As pedras também falam». □

UMA VONTADE PORTUGUESA

António Maria M. Pinheiro Torres

É conflagrador assistir ao alheamento do Povo Português dos destinos da sua Pátria, absorvido pelos problemas quotidianos, preocupados na generalidade com a sua sobrevivência e a do seu agregado familiar. E, infelizmente, não raros, deparam com problemas morais e sociais que os desorientam: Divórcios, droga, prostituição e todos os tipos de marginalização. De notar ainda as condições desfavoráveis criadas pelas exigências, cada vez mais insuportáveis, do fisco, das economias desleais, dos problemas laborais e do crescente custo de vida.

Todavia, se é este o panorama que se nos apresenta nestes últimos anos do final da década, também temos de considerar, que em todas as épocas, em muitos períodos, se viveram situações de crise, momentos difíceis, no âmbito da política, da economia e da moral. E parece não ser novidade para ninguém que as situações graves ou se enfrentam e ultrapassam ou estas desenvolvem-se e levam inexoravelmente à derrota.

É assim em todos os estádios da vida. Reportando-nos a nós, Portugueses, verifica-se que a grande generalidade ainda não se apercebeu que vive um dos momentos históricos mais sérios da nossa existência colectiva como Nação livre. Ou, o que é mais grave, se de tal se apercebeu, mostra uma indiferença a todos os títulos incompreensível.

Restringido o território português à parcela europeia e o espaço geopolítico ao Triângulo Continente-Açores-Madeira, a nossa vida política, tanto interna, como externa, tende a complicar-se. É reduzido o poder negocial, tal como reduzido se torna o espaço de manobra, agravando-se os riscos de desagregação nacional.

Neste contexto, reacende-se o problema Ibérico, já se aludindo a uma possível «comunidade económica peninsular». Integrados no espaço europeu teremos de competir com Estados de maior potencial económico e dimensão política e militar, o que parece extremamente difícil.

Pertence Portugal ao Mundo Ocidental, sem dúvida. Pela sua origem, pela sua História, pela sua cultura, pela sua religião. Mas estas dimensões próprias e características podem-se apagar na voragem das transformações estruturais e no choque das culturas dominantes. Torna-se, pois, urgente uma política externa mais consentânea com

aqueles valores e não entusiasmada com modelos que nos são estranhos ou alheios. Torna-se urgente uma política de defesa que salvaguarde a nossa soberania e a nossa autonomia. É que, além do mais, devemos ter sempre presente que podemos ser independentes, mas não livres.

Podemos constituir uma comunidade política apenas porque consentida ou tolerada pelos poderes políticos dos mais fortes.

É pois indispensável uma política valorativa, transparente, e de verdade, com distância relativamente aos Estados vizinhos ou mais fortes.

Para tanto é determinante uma vontade política nacional, sempre bem patente nos momentos de crise da nossa história. A ausência de uma vontade política, enfraquece o Estado, divide o povo, destrói os valores em que assenta a independência das Nações, mesmo de grandes recursos.

Cabe às classes dirigentes clarividentes, que pensam, dirigem, executam, ordenar um projecto nacional, global, justo e adequado que congregue a sociedade portuguesa para metas colectivas e entusiasmantes. Sem isso, pouco se poderá realizar. Mesmo recorrendo a toda a máquina tecnológica disponível e à ideologia do «progresso». □

INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

Cadernos Políticos — 1

UMA POLÍTICA
PARA A PAZ MUNDIAL

Solicite já à Redacção o primeiro caderno cultural do Instituto, que reúne as comunicações originais do 1.º Colóquio.

Preço por exemplar 300\$00